



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

BÁRBARA CARVALHO DINIZ

**RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO BANCO DE DADOS DO ARQUIVO
JUDICIAL DO FÓRUM CÍVEL DE JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA
2017**

BÁRBARA CARVALHO DINIZ

**RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO BANCO DE DADOS DO ARQUIVO
JUDICIAL DO FÓRUM CÍVEL DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Me. Danilo de Sousa Ferreira.

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D585r Diniz, Bárbara Carvalho
Recuperação da informação no banco de dados do arquivo
judicial do Fórum Cível de João Pessoa [manuscrito] / Bárbara
Carvalho Diniz. - 2017.
65 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Prof. Me. Danilo de Sousa Ferreira,
Departamento de Arquivologia".

1. Arquivo judicial. 2. Recuperação da informação. 3. Banco
de dados. I. Título.

21. ed. CDD 025.04

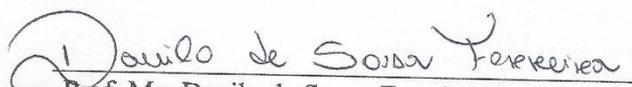
BÁRBARA CARVALHO DINIZ

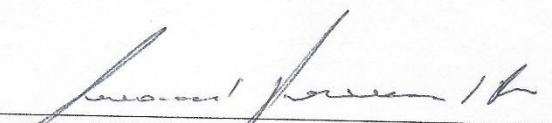
RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO BANCO DE DADOS DO ARQUIVO
JUDICIAL DO FÓRUM CÍVEL DE JOÃO PESSOA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de graduação em
Arquivologia da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Arquivologia.

Aprovada em: 07/08/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Danilo de Sousa Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Leonardo Pereira de Assis
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Me. Sânderson Lopes Dorneles
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Deus por sempre estar comigo e nunca me desamparar. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por sempre me proteger, cuidar de mim, da minha família e por todos os momentos vividos até aqui.

Aos meus pais, Sandra e Hilário por sempre acreditarem no meu potencial e nunca desistirem de mim. A todos os meus familiares que me ajudaram em toda minha jornada até esse momento.

Aos professores da UEPB, por contribuírem enormemente e incentivarem o meu crescimento intelectual, profissional e pessoal. Em especial aos professores que me fizeram ter outro olhar sobre a Arquivologia, possibilitando um grande apreço por estudá-la e em trabalhar na área arquivística. Agradeço ao meu orientador professor Me. Danilo de Sousa Ferreira por acreditar no meu trabalho e ser um orientador sempre pronto a ajudar, muito obrigado! Aos professores da banca Me. Leonardo Pereira de Assis e Me. Sanderson Lopes Dorneles por aceitarem contribuir com meu trabalho, muito obrigado.

Aos colegas de estágio, que mesmo em momentos difíceis fizeram o trabalho se tornar alegre e prazeroso. Matheus Batista, Pollyana Videres, Victor Hugo Araújo, Kelly Cristina Pontes, Irany Rodrigues, Jamaci Oliveira muito obrigada por todos os momentos e aprendizados, nunca esquecerei. Não esquecendo também de todos os meus colegas e amigos da Universidade em que trocamos muito mais do que conhecimento, mas também cumplicidade, responsabilidade e amizade. Agradeço também ao amigo Raphael Nunes por sempre me incentivar a estudar e a pensar em como posso contribuir para minha área de estudos. Ao amigo Felipe Carvalho por ter me ajudado com o inglês, obrigado de verdade.

Ao meu padrinho Mirabeau e minha madrinha Severina por me incentivarem e ajudarem meus pais no custeio de toda minha vida escolar. Sempre serei grata à generosidade de ambos.

Em especial, agradeço ao meu avô Onildo Soares (*in memoriam*) e minha avó Iolanda Diniz que sempre acreditaram no meu potencial, me incentivaram nos estudos e fizeram o possível e o impossível para ajudar em minha educação.

A todos no geral que contribuíram de forma direta e indireta para que eu chegasse até esta etapa: minha gratidão!

“Arquivistas não podem ter medo da tecnologia. Ela está ai para nos servir. [...]”

Charlley Luz

RESUMO

Os arquivos judiciais são essenciais para o andamento da Justiça. Sua função primordial é salvaguardar os processos judiciais, que pode ser definido como um instrumento criado e regulamentado pelo direito para operar a jurisdição e procura resolver conflitos para a promoção da justiça. O arquivo judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto é o maior arquivo da esfera do poder estadual paraibano. Existem milhões de processos salvaguardados neste arquivo, o que faz com que o sistema que recupere os dados dos processos judiciais tenha que possuir um grau avançado de eficiência, eficácia e principalmente atenda as demandas de busca desejada pelo usuário. Os objetivos da pesquisa consistiram em analisar e propor melhorias ao sistema de busca do banco de dados do Arquivo Judicial. Esta pesquisa é classificada como de natureza aplicada, é exploratória descritiva e de abordagem qualiquantitativa. Usou-se o método de observação e questionário para saber a opinião dos usuários do sistema. Os questionários foram aplicados numa amostra de nove usuários. Conclui-se que o sistema precisa de modificações pautadas na Arquivologia, Ciência da Informação e opinião dos usuários, que consistiu em ter mais opções de busca, poder combinar campos de busca e melhorar sua usabilidade.

Palavras-Chave: Arquivo Judicial. Recuperação da Informação. Banco de dados

ABSTRACT

Judicial archives are essential for the justice progress. Its primary function is to safeguard judicial processes, which can be defined as an instrument created and regulated by law to operate in the jurisdiction and seeks to solve conflicts for the justice promotion. The judicial archive of the Civil Court Judge Mário Moacyr Porto is the largest archive of the state power sphere in Paraíba. There are millions safeguarded processes in this Archive, which means the System that recovers the data from judicial processes has to get an advanced degree of efficiency, effectiveness and mainly meets a search demand desired by the user. The objectives of this research were to analyze and propose improvements to the Judicial Archive database search system. This research is classified as applied nature, it is descriptive exploratory and quantitative quali approach. The observation and questionnaire method was used to know the users opinion about the system. The questionnaires were applied to a sample of nine users. It is concluded that the system needs modifications based on the Archivology, Information Science and opinion of the users that deal daily with the system.

Keywords: Judicial Archives. Information recovery. Database.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Número de processos judiciais abertos no ano de 2015 pela justiça brasileira em todas as suas esferas.....	16
Figura 2 – Número de processos judiciais baixados (arquivados) no ano de 2015 pela justiça brasileira em todas as suas esferas.....	16
Figura 3 - Normas ISO 23081-1:2006.....	34
Figura 4 - Tela do menu geral do SISCOM- TJPB.....	37
Figura 5 - Tela inicial do sistema do Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto.....	38
Figura 6 - Tela de consulta do sistema do arquivo judicial do Fórum Cível.....	39
Figura 7 - Tela de consulta do sistema do arquivo judicial.....	40
Figura 8 - Tela de dados referentes a um processo.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Processos arquivados por 37 varas do Fórum Cível em 11 meses do ano de 2014.....	21
Gráfico 2: Processos arquivados por 37 varas do Fórum Cível no ano de 2015.....	21
Gráfico 3: Sexo dos participantes.....	43
Gráfico 4: Grau de instrução.....	43
Gráfico 5: Faixa etária.....	44
Gráfico 6: Nível de conhecimento em informática.....	44
Gráfico 7: Vínculo com o Tribunal de Justiça da Paraíba.....	45
Gráfico 8: Tempo de uso no SISCOM.....	45
Gráfico 9: Interface do SISCOM	47
Gráfico 10: Dificuldades no uso do sistema.....	47
Gráfico 11: SISCOM disponibiliza opções de busca opções de busca suficientes?.....	48
Gráfico 12: Concordância em que o sistema disponibilize combinações de busca.....	48
Gráfico 13: Sensação de produtividade ao usar o SISCOM.....	49
Gráfico 14: Eficiência do SISCOM.....	50
Gráfico 15: O sistema de busca é muito bom e não necessita de alterações.....	51
Gráfico 16: Recomendo o uso do sistema para outros usuários.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
IHC	Interação- Humano-Computador
ISO	International Organization for Standardization
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PRONAME	Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário
RD	Recuperação de Dados
RI	Recuperação da Informação
SISCOM	Sistema de Comarcas Integradas do Tribunal de Justiça da Paraíba
SGDB	Sistema Gerenciador de Banco de Dados
SQL	Structure Query Language
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TJPB	Tribunal de Justiça da Paraíba

SUMÁRIO

1-CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
1.1INTRODUÇÃO.....	15
1.2 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	18
1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	20
1.4 OBJETIVOS.....	22
1.4.1 Objetivo geral.....	22
1.4.2 Objetivos específicos.....	22
1.5 ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO.....	23
2- METODOLOGIA.....	24
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	24
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	25
2.3 CAMPO EMPÍRICO.....	26
2.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	27
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	29
3.1 PROCESSO DE BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	29
3.1.1 Sistemas de Recuperação da Informação.....	30
3.2 BANCO DE DADOS.....	31
3.3 METADADOS.....	33
3.4 NOBRADE- NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	34
4 ANÁLISE DO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO ARQUIVO JUDICIAL -SISCOM.....	36
4.1 SISTEMA INTEGADO DE COMARCAS INFORMATIZADAS- SISCOM.....	36
4.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4.2.1 Perfil dos usuários e ex usuários do SISCOM.....	42
4.2.2 Grau de satisfação dos usuários e ex usuários do SISCOM.....	46
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE	60
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO SOBRE A SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS EM RELAÇÃO AO SISCOM	60

ANEXO.....	64
ANEXO A- VARAS/CARTÓRIOS JUDICIAIS DO FÓRUM CÍVEL DE JOÃO PESSOA.....	64

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo são apresentadas as considerações iniciais sobre este trabalho, no qual se apresenta uma breve introdução ao tema, além das motivações, justificativas e objetivos desta pesquisa.

1.1 INTRODUÇÃO

Primeiramente este trabalho tem como temática a Recuperação da Informação em sistemas de banco de dados informatizados. Procura mostrar as colaborações que a Arquivologia e a Ciência da Informação podem exercer para área de Tecnologias da Informação e Comunicação. O foco do trabalho consistiu em analisar e propor melhorias ao sistema de busca de processos judiciais do banco de dados do Arquivo Judicial do Fórum Cível de João Pessoa.

O termo arquivo pode ser definido da seguinte maneira: “é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria *textuais*, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, **visando à utilidade** que poderão oferecer no futuro.” (PAES, 1997, p.16, grifo nosso). A partir desta definição, percebe-se que os documentos são criados com uma finalidade e são preservados pelos seus produtores para serem-lhe úteis futuramente. Para que tal objetivo seja cumprido é necessário o armazenamento adequado dos documentos, como também instrumentos que facilitem a recuperação do documento desejado. Arquivos que são bem organizados e gerenciados tendem a serem facilmente recuperados, já arquivos que são mal organizados prejudicam o processo de busca pela informação podendo levar a prejuízos financeiros, organizacionais e administrativos aos usuários.

Os arquivos judiciais, assim como qualquer outro arquivo, tem a função de armazenar, preservar, recuperar e disponibilizar os documentos para seus usuários. De acordo com o Manual de Gestão de Documentos do Poder Judiciário, o PRONAME (Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário) elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2011, p.9), é dito o seguinte:

Os documentos do Poder Judiciário são patrimônio público, tanto no sentido administrativo quanto do ponto de vista cultural. É dever da Justiça zelar por esse patrimônio e propiciar o acesso a ele, de modo a assegurar o direito à informação, garantido pela Constituição Federal.

Em grande parte dos arquivos judiciais a quantidade de documentos armazenados é gigantesca. O Conselho Nacional de Justiça elabora anualmente um relatório chamado “Justiça em números” que tem como intenção prestar informações e dados sobre o cenário da Justiça Nacional em todas as suas esferas (Estadual, Trabalhista, Federal, Eleitoral e Militar Estadual). As figuras 1 e 2 apresentam dados de 2015 referentes à quantidade de processos abertos e os processos arquivados em todo o Brasil.

Figura 1- Número de processos judiciais abertos em 2015 pela Justiça brasileira em todas as suas esferas.

	2º Grau	1º Grau			Turmas	Juizados Especiais			Total
		Conhecimento	Execução	Total	Recursais	Conhecimento	Execução	Total	
Movimentação processual									
Casos novos	2.313.907	7.353.768	3.906.620	11.260.388	632.811	4.057.383	647.168	4.704.551	18.911.657 ↓ -6,1%
Criminal	492.860	1.228.322	428.779	1.657.101	16.970	606.995	10.457	617.452	2.784.383 ↓ -20,1%
Não-criminal	1.821.047	6.125.446	3.477.841	9.603.287	615.841	3.450.388	636.711	4.087.099	16.127.274 ↓ -3,2%

Fonte: CNJ (2016).

Figura 2- Número de processos judiciais baixados (arquivados) em 2015 pela Justiça brasileira em todas as suas esferas.

Baixados	2.191.671	8.325.654	3.652.332	11.977.986	684.821	4.441.702	619.794	5.061.496	19.915.974 ↓ -0,1%
Criminal	474.364	1.311.501	306.947	1.618.448	19.136	817.621	11.617	829.238	2.941.186 ↓ -9,8%
Não-criminal	1.717.307	7.014.153	3.345.385	10.359.538	665.685	3.624.081	608.177	4.232.258	16.974.788 ↑ 1,8%

Fonte: CNJ (2016).

A quantidade de processos abertos em 2015, 18.911.657, e de processos arquivados, 19.915.974, revela que um grande volume de informações compreende a Justiça Brasileira e, conseqüentemente, os seus arquivos judiciais.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vieram para revolucionar o mundo. A partir da alta velocidade e eficiência que trouxeram para as organizações privadas, públicas e também para os cidadãos. As TIC's se tornaram essenciais em um mundo globalizado, cheio de competitividade em que a velocidade e a qualidade da informação fazem diferença em todos os âmbitos organizacionais. Os Sistemas de Informações¹, por exemplo, auxiliam e prestam serviços às organizações nas áreas gerenciais, estratégicas e operacionais proporcionando ganhos e eficiência nas finanças e contabilidade, marketing e vendas, recursos humanos, entre outros serviços, seja em organizações públicas ou privadas.

¹ De acordo com Alter (1992) apud Amaral (1994, p.25) Sistema de Informação é uma combinação de procedimentos, informação, pessoas e TI, organizadas para o alcance de objetivos de uma organização.

Com o crescente número da produção documental, inclusive em formato digital, também cresce o volume de usuários em busca de informações armazenadas nos arquivos. Os arquivos também tiveram que acompanhar essas mudanças trazidas pelas TIC's, tendo que recuperar as informações o mais rápido possível. Em geral, para recuperar essas informações, faz-se uso de sistemas de banco de dados.

De acordo com Laudon e Laudon (2004, p.228), banco de dados pode ser conceituado como:

[...] uma coleção de dados organizados para atender a muitas aplicações, centralizando eficientemente os dados e minimizando dados redundantes. Em vez de armazenar dados em arquivos separados para cada aplicação, eles são armazenados fisicamente, de modo que pareça aos usuários que se encontram em um único local. Um único banco de dados atende a múltiplas aplicações [...].

Já Muller (2002 apud Luz, 2005, p.28) define banco de dados da seguinte maneira:

Conjunto de informações com uma estrutura regular. Um banco de dados é normalmente, mas não necessariamente, armazenado, em algum formato de máquina lido pelo computador. Há uma grande variedade de banco de dados, desde simples tabelas armazenadas em um único arquivo até gigantescos bancos de dados com muitos milhões de registros, armazenados em salas cheias de discos rígidos.

Os sistemas de banco de dados informatizados surgiram para facilitar a busca por informações ou dados, seja para fins organizacionais, governamentais e até pessoais. Assim como nos arquivos tradicionais, o banco de dados informatizado deve possuir instrumentos capazes de recuperar a informação ou dado pretendido. Ferneda (2006, p.27) diz o seguinte sobre recuperação da informação:

De uma forma simplificada, a recuperação de informação lida com documentos, termos de indexação e as expressões de buscas dos usuários. Pode-se dizer que, em um sistema de recuperação de informação, de um lado estão as expressões de busca, do outro lado estão os documentos e no centro estão os termos de indexação.

Ou seja, através da recuperação da informação pode se chegar ao objetivo pretendido que é a satisfação do usuário na busca de informações, seja por motivos organizacionais, administrativos e até pessoais.

A quantidade de informações disponíveis na Internet mais que dobra a cada ano, e grande parte dela é gratuita. A Internet e outras redes de telecomunicações estão trazendo uma enorme quantidade de informações para administradores. Para tomar decisões de modo eficiente e eficaz, **os administradores precisam ser capazes de acessar, navegar e utilizar esses**

vastos depósitos de dados, informações e conhecimento. As tecnologias da informação, como mecanismos de busca e data mining [...] proporciona, um importante apoio. (RAINER; TURBAN; POTTER. 2007, p.29, grifo nosso).

Por causa dessa vasta e gigantesca quantidade de informações armazenadas na Internet, nos computadores organizacionais e até pessoais, é de extrema importância possuir Sistemas de Recuperação da Informação para que as informações relevantes buscadas pelos usuários possam ser encontradas e usadas para atingir os objetivos das organizações, garantindo avanço e eficiência em um mercado altamente competitivo.

1.2 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Os arquivos judiciais tem a função de armazenar, preservar, recuperar e disponibilizar informações e documentos referentes à instituição judiciária a qual pertencem, seja nas fases corrente, intermediária ou permanente². Em relação aos processos de idade intermediária, é dito o seguinte: “A partir da aplicação da Tabela de Temporalidade fica salvaguardada a preservação dos documentos pelo prazo necessário ao cumprimento de sua função administrativa e legal e daqueles cujo valor permanente tenha sido previamente definido.” (CNJ, 2011, p.17). Esses arquivos armazenam centenas e até milhares de processos judiciais, sejam ações cíveis, fiscais, trabalhistas, militares ou criminais, e tem como principal função relatar o que foi decidido em tais ações judiciais para a resolução de conflitos e a determinação da sentença pela Justiça. Mais que registrar e fazer cumprir-se as ações da justiça, o processo judicial através do tempo torna-se um registro histórico de determinada época, pensamentos sociais, as leis vigentes de um tempo, como também as histórias pessoais de um determinado indivíduo, família ou organização. Além de servir aos usuários da justiça no armazenamento e disponibilização dos processos, os arquivos judiciais também são locais do saber histórico e cultural.

² De acordo com a Teoria das três idades, os arquivos podem passar por até três fases. O Arquivo Nacional (2011) define essas três fases como: fase corrente é quando o conjunto de documentos podem estar, ou não, em tramitação. Tem uso frequente pelo seus produtores e está sob responsabilidade dos mesmos. Os documentos da fase intermediária são provenientes do arquivo corrente, porém não são mais usados com tanta frequência e aguardam uma destinação final (guarda permanente ou eliminação). E por último a fase permanente que consiste no conjunto de documentos que são preservados em caráter definitivo.

Como visto anteriormente, as Tecnologias da Informação e Comunicação existem para agregar e facilitar o trabalho de organizações públicas e privadas. Em um arquivo judicial torna-se imprescindível o uso das TIC's para a resolução de tarefas que antes demorariam horas e até dias, mas através dessas tecnologias, as tarefas podem ser resolvidas em questões de minutos ou até segundos, contribuindo para a fluidez e rapidez no fluxo de tarefas e informações.

O Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto possui um sistema e banco de dados integrado ao Sistema de Comarcas Integradas do Tribunal de Justiça da Paraíba. Este banco de dados possui os dados dos milhares de processos cadastrados do arquivo judicial e tem como principal objetivo identificar onde o processo se encontra no Arquivo. Para o Arquivo Judicial, o sistema e o banco de dados são ferramentas essenciais para a disponibilização dos processos e, conseqüentemente, para atender à sociedade.

O Arquivo Judicial do Fórum Cível tem a função de salvaguardar os processos judiciais em fase intermediária dos 37 cartórios/varas judiciais (ver anexo A) pertencentes ao referido Fórum. A demanda de desarquivamento é constante, em média são feitos entre 80 a 100 pedidos de desarquivamento por semana e, com isso, se faz necessário o emprego constante do sistema e do banco de dados para a recuperação da informação desejada.

O sistema e banco de dados do arquivo judicial são essenciais para encontrar os dados inerentes dos processos e saber qual a sua localização exata. Porém, o sistema é limitado ao fato de ter apenas duas formas de busca das informações: através do número do processo ou do nome das partes envolvidas no processo judicial. Também não é possível fazer combinações de campos de busca, o que torna a busca pelo processo mais ineficiente e morosa.

O dia a dia vivenciado pela pesquisadora como estagiária durante dois (2) anos no Arquivo Judicial do Fórum Cível, período no qual pode perceber o qual crucial é um sistema de recuperação da informação, motiva-a e justifica a necessidade desta pesquisa a fim de propor melhorias ao sistema, contribuindo para o cumprimento de uma justiça mais célere e efetiva, isto é, oferecendo um serviço cada vez melhor à sociedade.

Além do exposto nos parágrafos anteriores, entende-se que este trabalho também se justifica pela contribuição dada para um campo de pesquisa em desenvolvimento: Arquivologia integrada com as Tecnologias da Informação e Comunicação.

Então, entende-se como uma contribuição relevante a investigação do sistema de recuperação de informação utilizado no Arquivo Judicial do Fórum Cível, de forma a avaliá-lo e propor melhorias.

1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Os problemas em relação a busca de processos serão abordados durante esta seção, mas pode se dizer que quando o banco de dados não realiza sua função de encontrar os dados inerentes aos processos judiciais isso acaba interferindo no andamento dos processos na justiça, causando lentidão no judiciário.

De acordo com a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991):

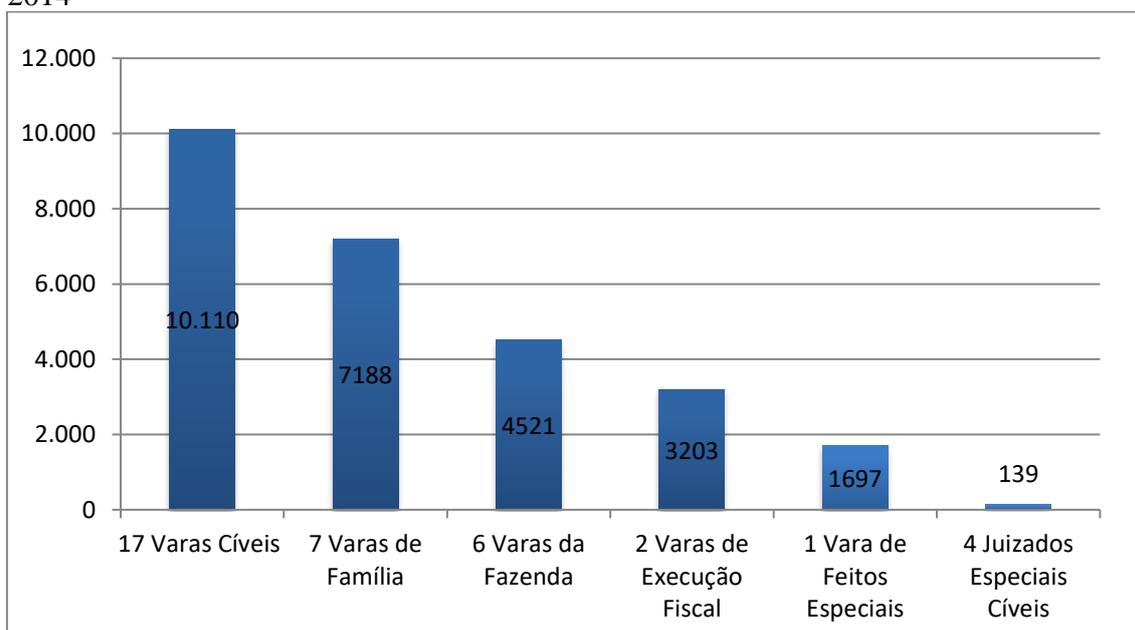
Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º - A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei.

O Arquivo Judicial é responsável por guardar, conservar e disponibilizar os processos judiciais, apenas em fase intermediária, produzidos por 37 Varas/ Cartórios Judiciais do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, vinculado ao Tribunal de Justiça da Paraíba. Esses processos são cadastrados em um banco de dados desenvolvido especialmente para este Arquivo Judicial.

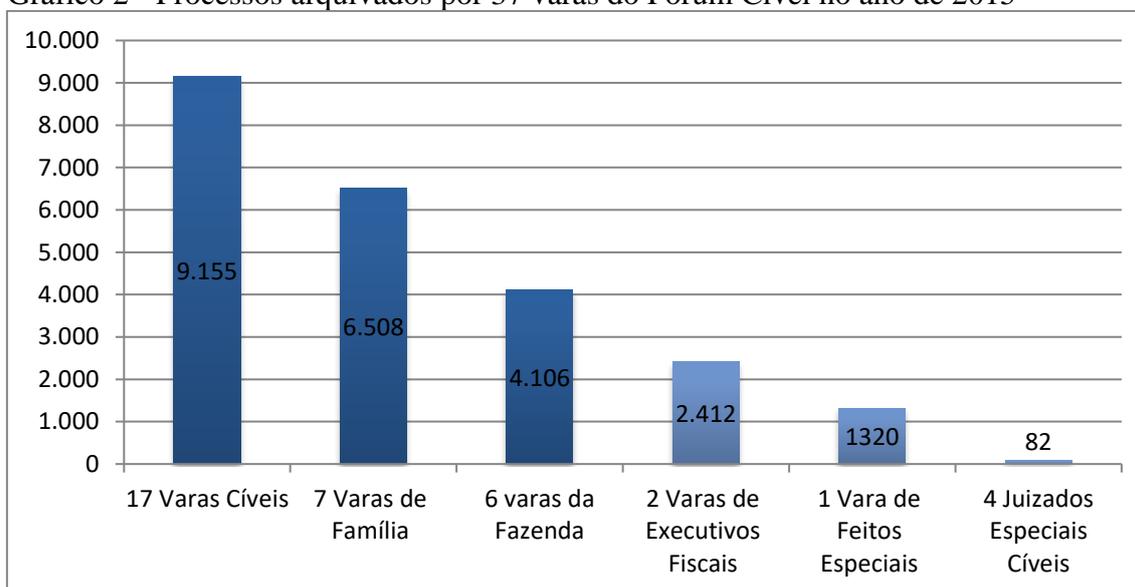
Os gráficos 1 e 2 mostram o número de processos baixados (arquivados) pelas 37 varas/cartórios do Fórum Cível ao qual o arquivo judicial é responsável em salvaguardar.

Gráfico 1 - Processos arquivados por 37 varas do Fórum Cível em 11 meses do ano de 2014



Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba (2014)

Gráfico 2 - Processos arquivados por 37 varas do Fórum Cível no ano de 2015



Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba (2015)

Em onze meses no ano de 2014 foram arquivados 24.881 processos, já no ano de 2015 foram arquivados 23.583. A partir destes números é perceptível a quantidade de processos que o Arquivo Judicial precisa gerenciar. O referido arquivo conta com processos do ano de 1856 até o ano de 2015, ou seja, evidenciando a grande quantidade

de informações e a necessidade de um sistema de recuperação da informação preciso e eficiente.

O principal problema constatado é em relação à busca dos dados processuais. Os poucos campos de busca disponibilizados atualmente pelo sistema, a saber: número do processo e nome das partes envolvidas no processo judicial, não atendem de maneira satisfatória o Arquivo, pois muitas vezes aparecem nomes idênticos, porém de varas diferentes, ações diferentes, etc., ocasionando perda de tempo e inexatidão na busca, deixando para o funcionário do Arquivo, usuário do sistema, a tarefa de verificar um a um os processos, tornando a tarefa ineficiente e morosa.

Estes problemas ocasionam, muitas vezes, na não disponibilização do processo judicial, dificultando o trabalho da Justiça e o não cumprimento da Lei 8.159/1991 que trata da política nacional dos arquivos públicos e privados.

Assim, este trabalho pretende responder as seguintes questões: quais os principais problemas com a recuperação de processos judiciais no Arquivo Judicial do Fórum Cível? Quais melhorias podem ser propostas ao sistema?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Avaliar o sistema de recuperação da informação do Arquivo Judicial do Fórum Cível, denominado SISCOM (Sistema de Comarcas Integradas do Tribunal de Justiça da Paraíba).

1.4.2 Objetivos específicos

- Analisar o processo de recuperação da informação no Arquivo Judicial;
- Analisar o sistema de recuperação da informação utilizado no Arquivo;
- Sugerir melhorias no sistema de recuperação da informação.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo é feita uma introdução sobre a temática, qual é a motivação e a justificativa da pesquisa, qual a definição do problema, o objetivo geral e objetivos específicos do trabalho. No segundo capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a formulação deste trabalho.

O capítulo três traz a revisão de literatura, ou seja, o embasamento teórico no qual a pesquisa se baseou. São abordados os temas de recuperação da informação, sistemas de recuperação da informação, banco de dados, metadados e NOBRADE. No capítulo quatro é apresentada a análise do sistema SISCOM utilizado no arquivo judicial do Fórum Cível de João Pessoa, como também os resultados da pesquisa feita com os usuários do sistema. E por último, no capítulo cinco, são feitas as considerações finais do trabalho e apresentadas sugestões de melhorias para o sistema.

2 METODOLOGIA

A metodologia pode ser entendida como o conjunto de instrumentos necessários para a realização da pesquisa científica. De acordo Silveira (2002 apud Gerhardt e Silveira, 2009, p.12):

metodos significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. [...]

Segundo Silva e Menezes (2005, p.9), “a Metodologia tem como função mostrar a você como andar no ‘caminho das pedras’ da pesquisa, ajuda-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo, um olhar curioso, indagador e criativo.”

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Prodanov e Freitas (2013, p.43) definem a pesquisa científica como:

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação. [...]

Gerhardt e Silveira (2009, p.35) dizem que a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.”. Esta pesquisa se classifica como de natureza aplicada, pois através da observação e análise do processo de recuperação da informação do banco de dados do arquivo judicial, será possível saber como poderá melhorar e solucionar os problemas do objeto estudado.

A abordagem qualitativa e quantitativa é descrita por Michel (2009, p.147) como:

[...] A pesquisa qualiquanti utiliza o questionário com escalas, que melhor atende à função de quantificar, medir, criar percentuais relacionados com sentimentos, opiniões, comportamentos. As escalas são critérios estabelecidos pelo pesquisador conforme seus objetivos para medir, quantificar atitudes,

opiniões, comportamentos, predisposição das pessoas em relação a uma pessoa, um objeto, uma situação qualquer.

Esta pesquisa possui abordagem quantitativa e qualitativa. É quantitativa, pois determina características dos participantes, como: sexo, faixa etária, tempo de uso do sistema, grau de instrução e vínculo com o Tribunal de Justiça. Também possui a característica de ser qualitativa, porque irá medir o grau de satisfação do usuário em relação ao banco de dados, quais são suas dificuldades no uso do banco de dados e sugestões de melhorias para o objeto em estudo. Estudos exploratório-descritivos combinados:

são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas, como as obtidas por intermédio da observação participante. [...] (MARCONI; LAKATOS. 2010. p. 171)

Esta pesquisa é caracterizada ainda como exploratória-descritiva combinados, pois irá descrever o processo de busca dos processos por meio do banco de dados do Arquivo Judicial, quais são suas vantagens, dificuldades, como também a observação dos participantes diante da situação da recuperação da informação. A partir das observações e análises feitas irá agregar o conhecimento teórico para a sugestão de melhorias para o banco de dados. Portanto, este trabalho de pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritivo, de natureza aplicada e abordagem qualiquanti.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O significado de universo na metodologia científica pode ser entendido como a descrição do “contexto onde o estudo será realizado, onde os dados serão coletados, onde estarão os participantes do estudo.” (DEL-MASSO, 2012, p.27). Já Silva e Menezes (2005, p.32) conceituam universo como “a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo.

A amostra é conceituada de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.97) :

De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-lo em sua totalidade. Por essa razão,

nas pesquisas sociais, é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar.

O universo desta pesquisa são todos os usuários e ex usuários do sistema SISCOM do arquivo judicial do Fórum Cível de João Pessoa , em torno de 50 pessoas.

Mattar (2001 *apud* Oliveira, 2011, p.32-33) diz que a amostra probabilística:

É um tipo de amostragem em que cada elemento da população pode ser selecionado para compor a amostra e tem uma chance conhecida e diferente de zero. Uma amostra dita probabilística significa que o pesquisador tem controle sobre o erro amostral da pesquisa. Assim, somente as amostras probabilísticas fornecem estimativas precisas da população.

Amostra não-probabilística é conceituada por Mattar (2001 *apud* Oliveira,2011, p.31) como “um tipo de amostragem em que existe uma dependência, pelo menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra.”

A amostra serão os atuais usuários e alguns do ex usuários do sistema, nove pessoas participaram da pesquisa.

2.3 CAMPO EMPÍRICO

Segundo Michel (2009, p.15):

[...] Construir o conhecimento empírico significa vivenciar, experimentar e aprender com a experiência. O objeto de interesse é considerado em seu aspecto externo e aparente, manipulado, experimentado em termos de suas características, funções; enfim, significa testá-los sem maiores propósitos, “brincar” com ele até encontrar respostas.

O campo empírico desta pesquisa é o Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, que pertence ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. O Arquivo Judicial fica localizado na Av. Senador João Lira, 207 C, Jaguaribe. O Arquivo Judicial do referido Fórum guarda processos judiciais de 17 varas cíveis, sete varas de família, quatro juizados especiais cíveis, seis varas da fazenda, duas varas do executivo fiscal e uma vara de feitos especiais, todas estas varas pertencem ao Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto localizado na Av. João Machado, s/n, Centro de João Pessoa.

2.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados, segundo Michel (2009, p.64):

[...] ocorre após a definição clara e precisa do tema, problema, objetivos, revisão da bibliografia e da identificação das categorias de análise e da opção sobre o tipo de trabalhos que se vai realizar (proporção de planos, avaliação de programas, estudos de caso etc.)

Os instrumentos utilizados, nesta pesquisa, para a coleta de dados foram o questionário e a observação.

O questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção for feita pelo pesquisador, seu preenchimento será realizado pelo informante ou respondente. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.108)

Já o método da observação é definido por Gerhardt e Silveira (2009, p.74):

É uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo.

Quanto às modalidades de observação, existem oito tipos, segundo Marconi e Lakatos (2005, p.194-197):

- **sistemática:** “Realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetivos da investigação podem ser muito diferentes.”;

- **assistemática:** “[...] consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos ou precise fazer perguntas diretas.[...]” ;

- **participante:** “Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele .[...]” ;

- **não participante:** “[...] o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora [...]” ;

- **individual:** “[...] É a técnica de observação realizada por um pesquisador. Nesse caso, a personalidade dele se projeta sobre o observado, fazendo algumas interferências ou distorções, pela lotada possibilidade de controles. [...]” ;

- **equipe:** “Quando uma equipe está vigilante, registrando o problema da mesma área, surge a oportunidade de confrontar seus dados posteriormente, para verificar as predisposições.”

- **na vida real:** “[...] A melhor ocasião para o registro é o local onde o evento ocorre. Isto reduz as tendências seletivas e a deturpação na reevocação.”;

- **em laboratório:** “[...] é aquela que tenta descobrir a ação e a conduta, que teve lugar em condições cuidadosamente dispostas e controladas.[...]”.

As modalidades de observação utilizadas nesta pesquisa foram assistemática, participante, individual e na vida real.

O questionário aplicado foi composto por 17 perguntas. Foram feitas perguntas objetivas e apenas uma discursiva.

Em relação aos preceitos éticos, Prodanov e Freitas (2013, p.45-46) dizem o seguinte:

Ética na pesquisa científica indica que o estudo em questão deve ser feito de modo a procurar sistematicamente o conhecimento, por observação, identificação, descrição, investigação experimental, produzindo resultados reprodutíveis, realizado de forma moralmente correta.

Será feito o estudo bibliográfico nesta pesquisa e este mostrará com exatidão e veracidade as obras de todos os autores pesquisados.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo serão abordados os temas pertinentes a esta pesquisa como o processo de busca e recuperação da informação, sobre o que são os sistemas de recuperação da informação, o que são banco de dados, o que são metadados e sugestões da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

3.1 PROCESSO DE BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A recuperação da informação é conceituada por Belkin e Croft (1987 apud Araújo Júnior, 2007, p.65) como:

[...] o processo de localizar documentos e itens de informação que tenham sido objeto de armazenamento, com a finalidade de permitir o acesso aos usuários aos itens de informação, objetos de uma solicitação. A recuperação da informação se dá pela comparação do que se solicitou com o que está armazenado, bem como o conjunto de procedimentos que este processo envolve.

Cardoso (2004, p.1-2) apresenta a seguinte definição para Recuperação da Informação:

Recuperação de informação é uma subárea da ciência da computação que estuda o armazenamento e recuperação automática de documentos, que são objetos de dados, geralmente textos. [...] Os componentes do sistema incluem documentos, necessidades do usuário, gera a consulta formulada, e finalmente o processo de recuperação que, a partir das estruturas de dados e da consulta formulada, recupera uma lista de documentos considerados relevantes.

O processo de recuperação da informação é algo essencial para a localização de um documento ou item desejado. Com o crescimento constante de informações, documentos, dados, entre outros itens informacionais é necessário melhorar as técnicas de como recuperar todas essas informações produzidas e armazenadas. Se não houver recuperação da informação, por meio de instrumentos capazes de localizar a informação desejada, não adiantará ter arquivos organizados. Existem dois termos que se confundem bastante, mas que é preciso saber diferenciá-los são eles, Recuperação da Informação (RI) e Recuperação de dados (RD).

[...] O termo RI refere-se à recuperação de registros não estruturados, consistindo principalmente em textos livres em linguagem natural. O autor acrescenta que outros tipos de dados, também não estruturados, podem ser objetos da área de RI, por exemplo, imagens fotográficas, áudio, vídeo, etc. No entanto, a pesquisa em RI está centrada com ênfase na recuperação de texto em linguagem natural [...] Greengrass (2000) afirma ainda que em RI, frequentemente, os documentos são parcialmente estruturados, isto é, eles podem ter um cabeçalho estruturado e não estruturado. Porém este cabeçalho contém metadados, ou seja, dados sobre o documento, ao invés do conteúdo das informações do documento. (GREENGRASS, 2000 apud ANTUNES, 2007, p.23)

Hoffer *et al* (2007, *apud* Antunes, 2010, p.22) afirmam que:

RI não é o mesmo que recuperação de dados. A recuperação de dados se dá pela consulta a Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs), normalmente relacionais, através de uma linguagem com semântica bem definida, normalmente a *Structure Query Language (SQL)*, que retorna dados rigorosamente precisos baseados nos atributos relacionados à cláusula SELECT e na seleção do predicado da álgebra relacional indicado na cláusula WHERE.

Na pesquisa realizada constatamos que os dois termos confundem-se sendo muitas vezes utilizado o termo Recuperação da Informação com a semântica de Recuperação de Dados. Neste trabalho de pesquisa adotaremos sempre o uso do termo Recuperação da Informação, mesmo que em determinadas situações o termo RD seja mais adequado.

3.1.1 Sistemas de Recuperação da Informação

Antes mesmo de existirem os modernos sistemas de computadores que armazenam e recuperam informação e dados, já existiam ferramentas manuais para recuperarem informações, como por exemplo, fichas e documentos de arquivo. Porém, atualmente já foram e são desenvolvidos sistemas computacionais avançados, rápidos, com alta precisão no processo de busca de informações e dados. Os Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs):

tem como funções, tanto localizar e recuperar a informação desejada pelo usuário como também ser parte de um processo de comunicação. Neste processo estão as pessoas, que produzem, registram, processam, armazenam, disponibilizam e, por fim, buscam e recuperam a informação desejada, dentro de um espaço social [...] (SILVA, 2011, p. 43)

Maia (2014, p.4202) define Sistemas de Recuperação da Informação como:

[...] Esses sistemas extraem informações a partir de uma base documental de acordo com a comparação entre as necessidades de informação dos usuários com os documentos existentes na base de dados. A utilização de SRI é uma importante estratégia de mediação da informação, assim é necessário que estes sistemas sejam desenvolvidos de forma a contemplar todos os usuários.[...]

Robertson (1981 apud Araújo Júnior, 2011, p.75) cita as características que um bom sistema de recuperação deve possuir, são eles:

- Efetividade (significa quão bem ele desempenha uma tarefa delegada);
- Benefício (o quanto se ganha com a sua utilização em determinado contexto); e
- Eficiência (relaciona-se com o custo de toda a operação, isto é, equilíbrio entre custo e benefício).

É importante ressaltar que um bom sistema de recuperação da informação não é apenas eficiente por causa dos métodos estatísticos e cálculos de alto índice de precisão para recuperar a informação pretendida, outros fatores se aliam para contribuição do processo, são exemplos o processo de indexação e semântica. Luz (2005, p.16) relata o seguinte:

Os primeiros sistemas de recuperação da informação baseavam-se na contagem de frequência das palavras do texto e na eliminação de palavras reconhecidas de pouca relevância. Nos trabalhos de Luhn e Salton observa-se inicialmente uma crença de que os métodos estatísticos seriam suficientes para tratar os problemas relacionados à recuperação da informação. Porém, no transcorrer de suas pesquisas, percebe-se uma busca por métodos de análise semântica mais sofisticada. Desde seus primeiros trabalhos, Salton se mostra interessado pela utilização de processos de tratamento da linguagem natural na recuperação da informação.[...]

Ou seja, é um alinhamento de fatores e conhecimentos, sejam eles da área da Ciência da Computação ou Ciência da Informação, ambos contribuem no processo de busca e precisão da recuperação da informação e dados informacionais.

3.2 BANCO DE DADOS

Os bancos de dados são essenciais na tarefa de localização e detalhes sobre alguma informação desejada. Os sistemas de banco de dados informatizados vieram para facilitar

a busca por informações ou dados informacionais para a instituição que veio a implantá-lo. A inteligência organizacional ³é fundamental para uma instituição seja ela pública ou privada, empresa ou órgão que sabe o valor que a informação possui para o crescimento, avanço e tomada de decisões nas respectivas organizações. No mundo em que estamos inseridos, a velocidade em que as informações chegam são imprescindíveis para o sucesso de uma organização. Isso não se aplica apenas nas organizações que visam o lucro, mas também nas organizações de esfera pública, com isso é importante e vital para uma organização ter suas informações e dados bem armazenados e sempre prontos para disponibilização e consulta. Por definição:

Os bancos de dados têm como principal objetivo facilitar o manuseio de dados armazenados em disco; dar maior flexibilidade na busca de registro ou grupos de registros; permitir a alteração de seus formatos tornando os independentes dos programas; reduzir a redundância de informações e obter melhor aproveitamento do espaço físico alocado. Deverá também prover um sistema de segurança na leitura, atualização, pesquisa, acesso, criação, cancelamento, listagem, edição. Fará apresentação dos dados até comandos aritméticos e lógicos e de transferência que permitem o desenvolvimento de programas altamente sofisticados, e que, por isso são chamados linguagens de 4ª geração (*Querys languages*). (LUZ, 2005, p.28)

Já O'Brien (2004, p.136) fala o seguinte sobre banco de dados:

Um banco de dados é um conjunto integrado de elementos de dados relacionados logicamente. Consolida registros previamente armazenados em arquivos separados em uma fonte comum de registros de dados que fornece dados para muitas aplicações. Os dados armazenados em um banco de dados são independentes dos programas aplicativos que os utilizam e do tipo de dispositivos de armazenamento secundário nos quais estão armazenados.

Um fator essencial para o sucesso de um banco de dados é o seu planejamento. Para que um banco de dados seja eficiente e eficaz para realizar suas funções é primordial estudar as necessidades do usuário, isto requer um bom planejamento do sistema que se deseja criar para atender as demandas de uma empresa, instituição ou órgão.

Para a montagem e a administração de um sistema de informação é necessário que os responsáveis realizem um estudo básico de necessidades de informação na empresa. Somente por meio de um estudo desta natureza os gerentes poderão oferecer sistemas de informação em condições de subsidiar as decisões de uma organização. O conhecimento do perfil de 'consumidor' da

³ A IO pode ser vista como um ciclo de atividades de sensoriamento do ambiente, desenvolvimento de percepção e geração de significado, alcançados por meio da interpretação, que deve ser realizada com base na memória organizacional sobre as experiências passadas. Após este processo, é possível que a organização utilize as interpretações desenvolvidas para escolher as melhores ações a serem aplicadas para situações específicas. (CHOO, 1995 apud MÜLLER E CASTILHO JÚNIOR, 2012)

informação dará as diretrizes para: seleção, coleta e análise dos dados que integrarão o sistema (ARAÚJO JÚNIOR; ALVARES, 2007, p.9)

3.3 METADADOS

Outro ponto pertinente para o sucesso do banco de dados são os metadados, que significam literalmente dados sobre dados. Eles são responsáveis por caracterizar um recurso informacional. Segundo Alves e Santos (2014, p.4059):

No domínio arquivístico o termo metadados vem sendo definido pela CTDE – Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - como “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 90). Percebe-se que esta definição explica o significado dos metadados vinculando-os às funções que desempenham no domínio arquivístico.

Vilela (2015, p. 32) diz que:

Metadados são considerados "dados sobre dados", ou seja, dados que descrevem dados. Os metadados descrevem, localizam, explicam um dado, o que torna possível a recuperação e gerenciamento dos dados. Por exemplo: em um sistema gerenciador de bancos de dados, se uma pessoa deseja conhecer o domínio, os bancos de dados criados, as relações em cada banco de dados, deve-se recorrer ao catálogo do banco de dados, que retornará informações sobre os dados que deseja consultar. McGreal exemplifica metadados com uma situação do mundo real: uma pessoa precisa encontrar uma casa em uma cidade, porém, não tem o nome da rua e também o número da casa. Neste exemplo, o metadado que representa o nome da rua é o atributo logradouro e o metadado que representa o número da casa é o atributo número. Com base nesses dados, seria possível encontrar a casa desejada, ou seja, o logradouro e o número do imóvel descrevem a localização da casa (VILELA, 2015, p.32)

Existem vários tipos e modelos de metadados nos sistemas de informação. Existe um intenso debate sobre a sua criação, uso e normalização. Porém, antes de existirem os metadados computacionais, eles já existiam nas bibliotecas como forma de tratamento descritivo da informação (ALVES, 2010). Mendez Rodriguez (2002) diz que o papel tradicional dos metadados são a 1) identificação e descrição da informação, 2) a busca e recuperação e 3) localização dos documentos.

Dentre os muitos tipos e variedades de metadados, vale a pena destacar a norma ISO 23081-1:2006 que trata sobre os aspectos dos metadados arquivísticos. Esta norma é composta por três partes conforme a tabela a seguir:

Figura 3 - Normas ISO 23081-1:2006

Norma ISO	Parte	Descrição
ISO 23081-1:2006- Informação e documentação - Gestão de registros De dados - Metadados para registros	Parte 1: Princípios.	Aborda os princípios que subsidiam a determinação dos metadados nos processos da gestão de documentos arquivísticos.
ISO 23081-2:2009- Gestão de metadados para Registros Informação e documentação	Parte 2: Questões conceituais e implementação	Faz a definição dos elementos de metadados; permite a descrição de entidades; fornece uma compreensão comum para a interoperabilidade entre os sistemas e permite a reutilização dos metadados.
ISO 23081-3:2011- Informação e documentação - Gestão de metadados para Registros	Parte 3: Método de autoavaliação	Fornece orientações para a realização de uma autoavaliação sobre os metadados da gestão arquivística de documentos.

Fonte: Alves e Santos (2014)

3.4 NOBRADE - NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Normas de descrição arquivística têm como objetivo descrever materiais arquivísticos para facilitar o intercâmbio de informações, melhorar a qualidade do trabalho técnico, contribuir para a economia de recursos aplicados, como também otimizar o processo de recuperação de informações (CONARQ, 2006). A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi publicada no ano de 2006 e não consiste em uma mera tradução das normas arquivísticas internacionais como a ISAD (G) e ISAAR (CPF), mas sua intenção foi adaptar as normas internacionais para a realidade brasileira. Apesar de ser voltada para o uso em documentos permanentes, também pode ser usada em documentos em fase corrente e intermediária. O CONARQ (2006, p.10) faz uma observação quanto ao uso da norma em sistemas manuais ou automatizados.

[...] Embora a norma tenha sido pensada para utilização em sistemas de descrição automatizados ou não, as vantagens de seu uso são potencializadas

nos primeiros. O respeito a esta norma em sistemas manuais pode facilitar posterior passagem dos dados para sistemas automatizados. [...]

A NOBRADE é considerada um instrumento de pesquisa, essas normas atendem e facilitam o trabalho do usuário em relação à busca de informações. Esta norma possui oito áreas, compreendendo 28 elementos de descrição. Suas oito áreas consistem em:

- 1) Área de identificação;
- 2) Área de contextualização;
- 3) Área de conteúdo e estrutura;
- 4) Área de condições de acesso e uso;
- 5) Área de fontes relacionadas;
- 6) Áreas de notas;
- 7) Área de controle e descrição
- 8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos.

Dentre seus 28 elementos, apenas sete são obrigatórios, são eles:

- a) código de referência;
- b) título;
- c) datas;
- d) nível de descrição;
- e) dimensão e suporte;
- f) nome(s) do(s) produtor(es);
- g) condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

4 ANÁLISE DO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO ARQUIVO JUDICIAL- SISCOM

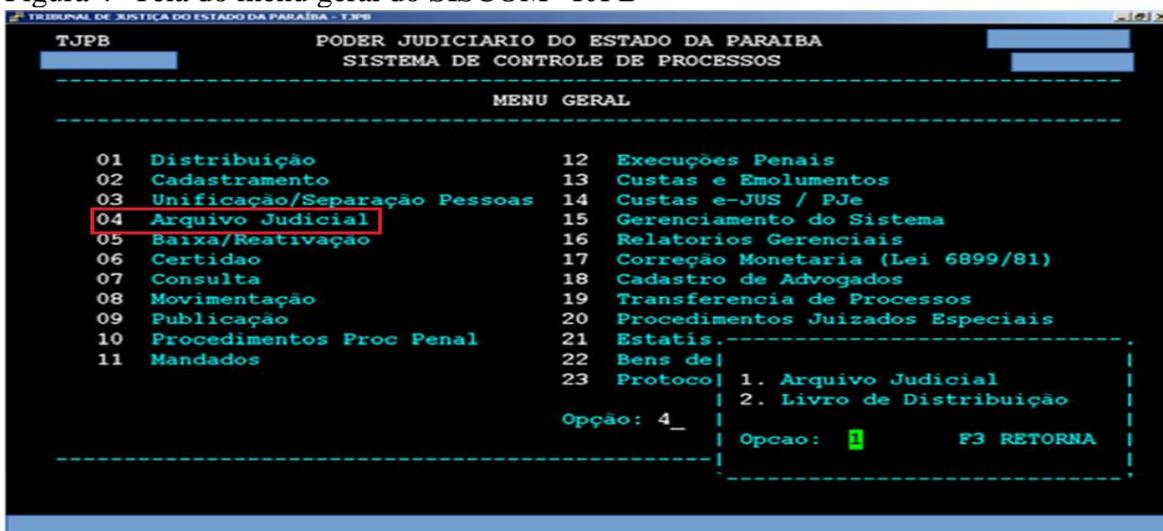
Neste capítulo são analisados os dados que foram coletados nesta pesquisa. Inicialmente, é apresentado e analisado o sistema do arquivo judicial, denominado SISCOM (Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas do Tribunal de Justiça da Paraíba) do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto. Nesta análise inicial, são apresentadas suas principais funcionalidades e limitações. Em seguida, é apresentada a análise dos dados coletados com os usuários e ex-usuários do SISCOM.

4.1 SISTEMA INTEGRADO DE COMARCAS INFORMATIZADAS – SISCOM

O Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas do Tribunal de Justiça da Paraíba (SISCOM) foi sancionado pela Lei 6.333, de 25 de setembro de 1996, pelo então governador do estado da Paraíba, José Targino Maranhão. Este sistema apresenta diversas funções, como por exemplo, distribuição de processos, cadastro, baixa e reativação de processos, consulta de dados processuais, movimentação e relatórios gerenciais. Sua principal funcionalidade é trazer informações referentes aos processos judiciais e administrativos existentes em todas as comarcas do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por ser a comarca mais antiga do TJPB, conseqüentemente com processos muito antigos, datados do século XIX, o Arquivo Judicial do Fórum Cível ganhou um sistema e banco de dados especialmente para cadastrar processos antigos, como é visto na figura 3 a seguir:

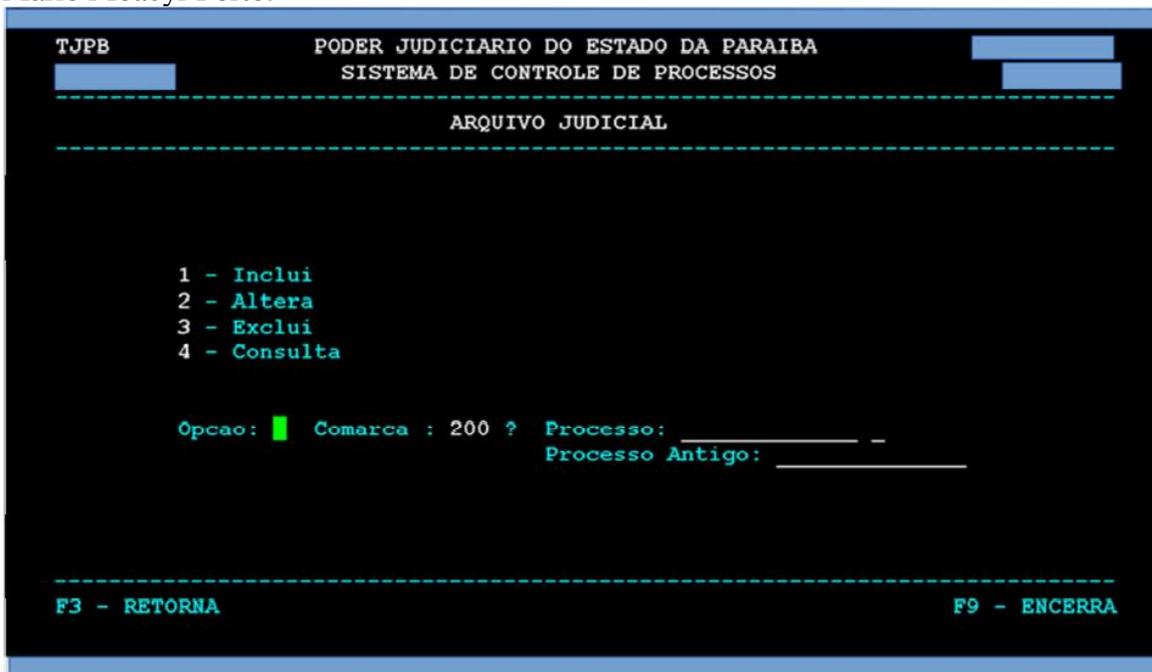
Figura 4- Tela do menu geral do SISCOM- TJPB



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Após clicar na opção número 4 do menu geral do SISCOM, são abertas duas opções de acesso: a número 1 leva para o banco de dados do arquivo judicial, já a opção número 2 leva para os livros de distribuição dos processos. Vale ressaltar que a opção número 2 não é usada pelos usuários do Arquivo por não apresentar utilidade nos procedimentos frequentes. Também é importante revelar que esse banco de dados referente ao Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto só pode ser acessado por funcionários e estagiários pertencentes ao arquivo judicial do referido fórum. Na figura 4 a seguir, pode-se observar a tela inicial do sistema do Arquivo Judicial do Fórum.

Figura 5- Tela inicial do sistema do Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto.



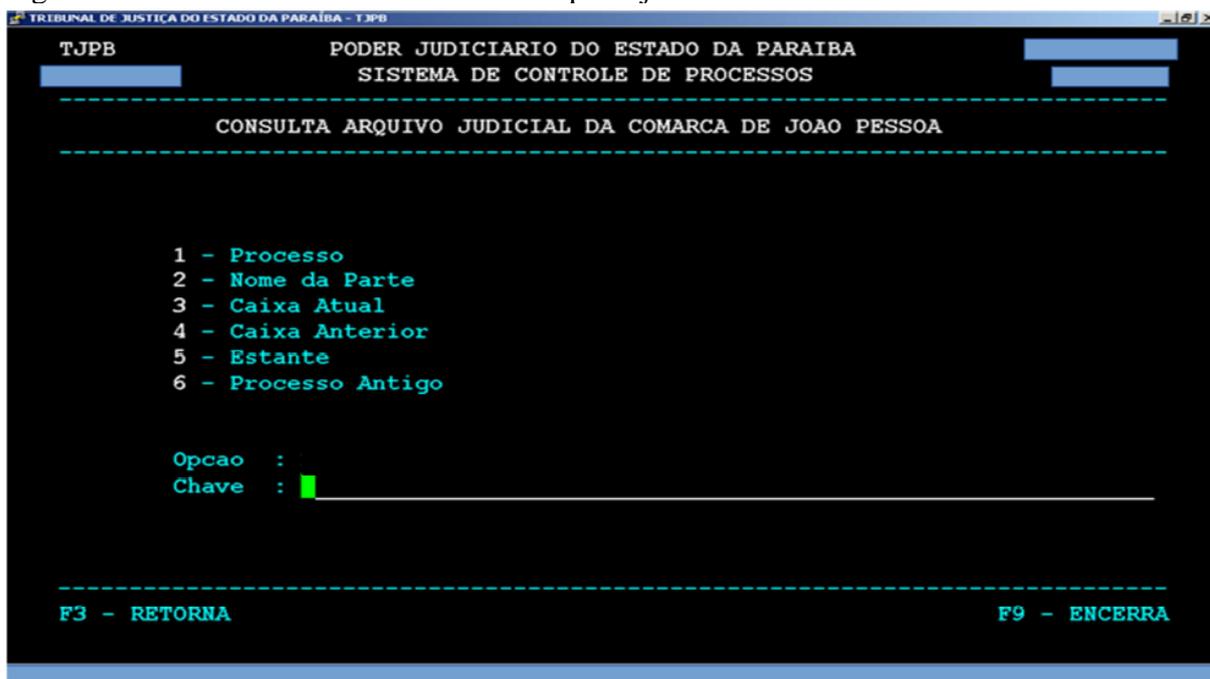
Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Após escolher a opção número 1 do sistema Arquivo Judicial, o usuário tem quatro opções, são elas:

- 1- Incluir: permite cadastrar processos;
- 2- Alterar: alterar dados de processos já cadastrados neste sistema;
- 3- Excluir: excluir processos cadastrados neste sistema;
- 4- Consultar: consultar processos cadastrados neste sistema.

O foco desta pesquisa é avaliar a opção de consulta/busca pela informação, por isso não iremos abordar as outras opções presentes no sistema. Ao clicar na opção número 4 (consulta) e pressionar a tecla *enter* sobre o campo 'Processo Antigo', o usuário é direcionado para a tela apresentada na figura 5.

Figura 6- Tela de consulta do sistema do arquivo judicial do Fórum Cível.



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

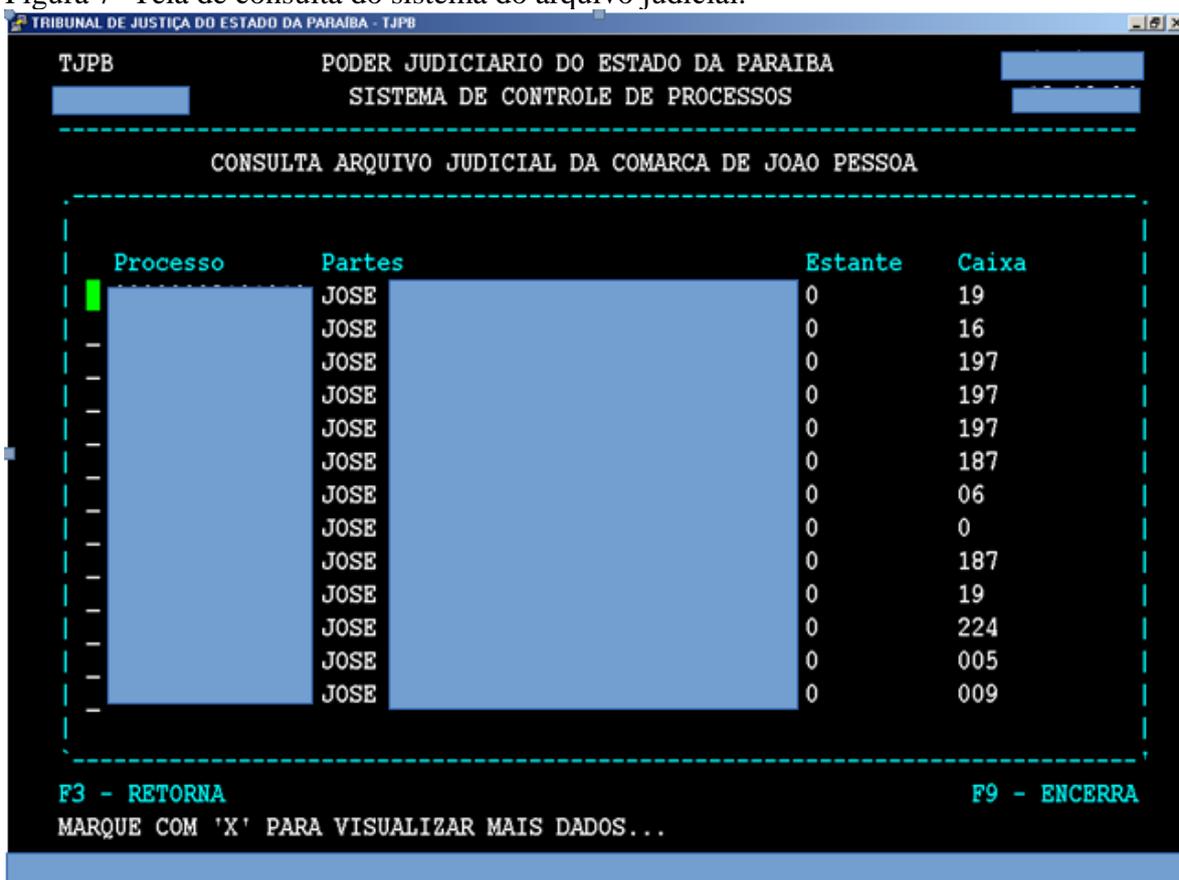
Conforme exibido na figura 5, são disponibilizadas seis opções de busca, porém os usuários do Arquivo Judicial só utilizam a opção número 1 (processo), número 2 (nome da parte) e número 6 (processo antigo). As opções 1 e 6 consistem em inserir o número do processo, a diferença entre elas é o padrão de numeração utilizada.

A opção 1 é para processos que começam com o número 200 (número da comarca pertencente ao fórum cível em questão), em seguida vem o ano de abertura do processo (por exemplo: 2001), e, por fim, o resto da numeração. Por exemplo: 200.2001.xxx.xx-x.

A opção 6 é utilizada para processos antigos. Processos antigos são identificados por números e letras, ou apenas números combinado com o ano de abertura do processo.

Quanto à opção número 2, caso seja inserido o nome das partes envolvidas no processo (autor ou réu), e se o processo estiver cadastrado, o sistema mostrará uma lista de resultados cabendo ao usuário consultar um a um, como mostra a figura 6.

Figura 7- Tela de consulta do sistema do arquivo judicial.



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A figura 6 ilustra uma das limitações do SISCOM. Quando se busca nomes comuns, nomes de empresas, ou instituições de médio e grande porte, aparecem muitos resultados, cabendo ao usuário do sistema verificar um a um. Observa-se, ainda na figura 6, que na tela de resultados iniciais aparecem o número do processo, o nome pesquisado, o número da estante (não se utiliza) e o número da caixa do processo (essa informação não é relevante num primeiro momento). Como citado anteriormente, o usuário consulta processo por processo até chegar ao que lhe interessa, pois na tela inicial da pesquisa não existem outros dados que realmente poderiam diferenciar um processo do outro, como por exemplo: vara a qual o processo pertence, nome da outra parte envolvida e o tipo de ação processual.

Outra limitação que o sistema apresenta, conforme pode-se observar na figura 5, é que só existe uma chave de busca, ou seja, não se podem combinar informações para ter resultados mais precisos, com isso o usuário gasta mais tempo para encontrar o processo que deseja.

A figura 8 mostra a tela dos dados processuais de uma pesquisa feita pelo sistema.

Figura 8- Tela de dados referentes a um processo.

Processo : [] Classe : [] Vara : []
Comarca : [] Dt Autuacao : [] Dt Arquivo : []
Estante : [] Prateleira : [] Capilha : []
Caixa Atual : [] Caixa Ant. : []
Autor - A : []
Reu - R : []
Observacao : []
[]
[]
[]
[]

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os dados mostrados na tela se referem às seguintes informações sobre o processo:

- Processo: número do processo (principal modo de diferenciar um processo do outro, pois este número identifica unicamente os processos);
- Classe: trata-se do tipo de procedimento judicial que é julgado. Existem centenas de classes processuais. Por exemplo: ação de alimentos, separação consensual, ação de execução, ação de despejo, etc.;
- Vara: vara/cartório a qual pertence o processo (varas cíveis, varas de família, varas da fazenda, varas de execuções fiscais, vara de feitos especiais, juizados especiais cíveis);
- Comarca: fórum ao qual o processo pertence (neste caso, todos pertencem ao Fórum Cível de João Pessoa);
- Data de autuação: data em que o processo foi iniciado;
- Data de arquivamento: data em que o processo foi encerrado;
- Estante: o número da estante em que a caixa do processo se encontra (opção não utilizada);
- Prateleira: número da prateleira em que a caixa do processo se encontra (opção não utilizada);
- Capilha: tipo de capa do processo (opção não utilizada);
- Caixa atual: número da caixa onde o processo está guardado;
- Caixa anterior: número da caixa onde o processo esteve guardado antes da caixa atual (opção não utilizada);

- Autor: nome do(s) autor(es) do processo;
- Réu: nome do(s) réu(s) do processo;
- Observação: espaço utilizado para complementar informações sobre o processo. Por exemplo: processo encontra-se danificado.

Como pode ser observado, o sistema apresenta dados importantes sobre os processos, porém alguns deles, como o número da estante e número da prateleira, capilha e número da caixa anterior não são utilizados, pois o arquivo judicial não utiliza essas formas de organização, o que leva a crer que o SISCOP construído especialmente para o Arquivo Judicial foi projetado sem a consulta dos usuários em relação as suas verdadeiras necessidades informacionais. Como também, de acordo com Furnival (1992, p.4), pode ter acontecido uma “análise incorreta: as atividades corretas são identificadas, mas pode-se cometer erros na análise das necessidades de informação devido a técnicas fracas de desenvolvimento.”

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são discutidos e analisados os dados coletados a partir da aplicação do questionário (apêndice A) aplicado aos usuários e ex-usuários do SISCOP do Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto. É apresentado o perfil dos usuários e ex-usuários do sistema e, a partir destas características, uma análise destes usuários em relação ao sistema.

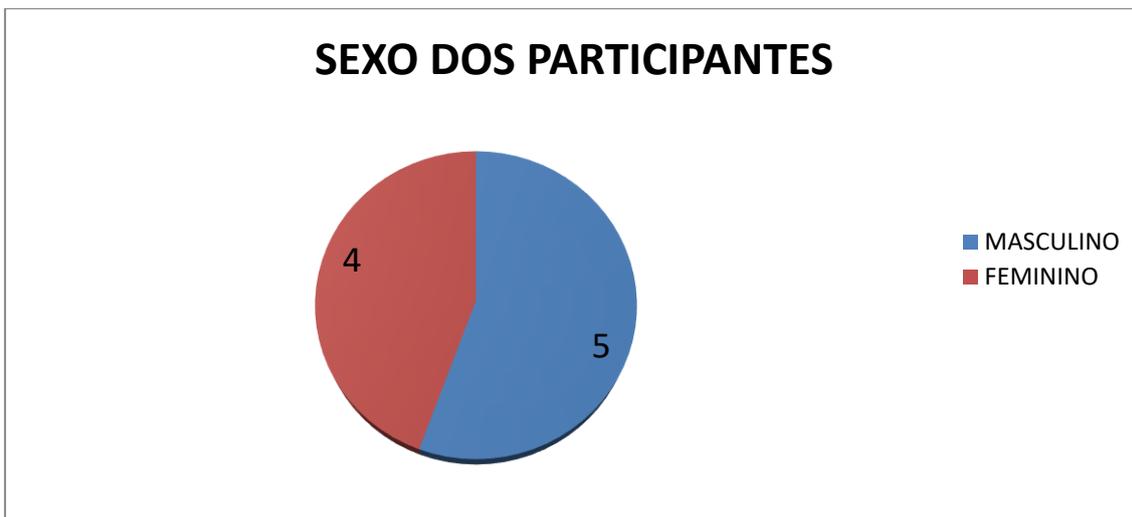
4.2.1 Perfil dos usuários e ex-usuários do SISCOP

A seguir são apresentadas as características dos participantes da pesquisa de avaliação do SISCOP.

O gráfico 3 se refere ao sexo dos participantes que se mostrou um equilíbrio na amostra selecionada entre os gêneros masculino e feminino.

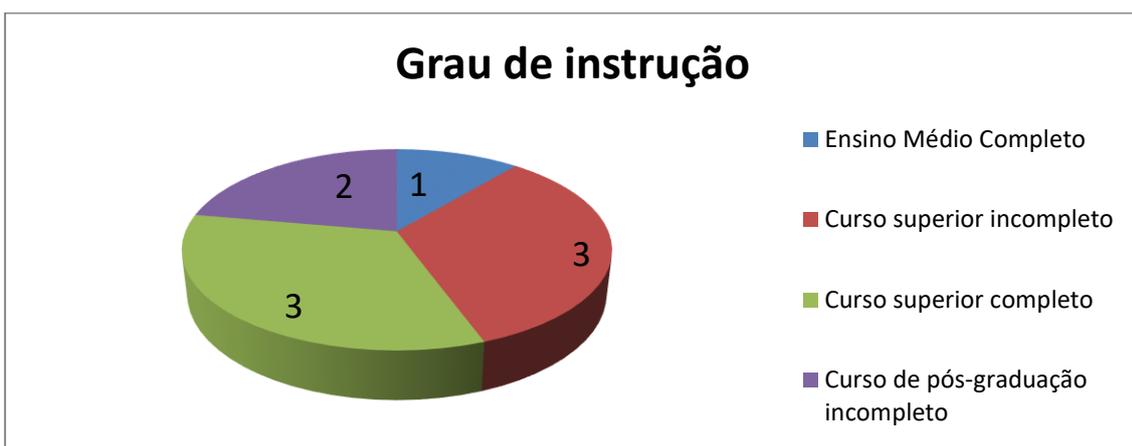
O gráfico 4 apresenta o grau de instrução dos participantes. Observa-se uma variação entre ensino médio e curso de pós-graduação incompleto e que grande parte dos entrevistados apresentou curso superior incompleto ou curso superior completo, demonstrando que a maior parte dos usuários é ou já foi composta por estagiários.

Gráfico 3 - Sexo dos participantes



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Gráfico 4 - Grau de instrução



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O gráfico 5 apresenta a faixa etária dos participantes da pesquisa, que também variou muito entre a faixa de 18 aos 59 anos. Mas, de fato, a grande maioria apresentou idade entre 18 a 30 anos revelando que grande parte dos usuários e ex-usuários são jovens.

Gráfico 5 - Faixa etária



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Em relação ao nível de conhecimento em informática a maior parte dos participantes respondeu que possui conhecimento do nível básico ao intermediário. Apenas uma minoria respondeu que possui grau avançado.

Gráfico 6 - Nível de conhecimento em informática



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O gráfico 7 apresenta o vínculo dos participantes da pesquisa com o Tribunal de Justiça da Paraíba. Grande parte dos participantes respondeu que são ex-estagiários e o resto dos participantes apresentam ainda vínculo como estagiário, voluntário ou é servidor.

Gráfico 7 - Vínculo com o Tribunal de Justiça da Paraíba



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A seguir, no gráfico 8, pode ser visualizado o tempo de experiência dos entrevistados com o SISCOM. Grande parte respondeu que usa ou usou durante um ano e dois anos. A outra parte variou o uso entre menos de um mês até mais de dois anos, demonstrando que a maioria dos participantes possuem experiência no uso do SISCOM.

Gráfico 8 - Tempo de uso do sistema SISCOM



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Assim pode se dizer que os usuários do SISCOM em sua grande maioria são jovens, universitários, apresentam um nível de conhecimento básico em informática, em grande parte, são ou foram estagiários do Arquivo Judicial e foram usuários por um tempo considerável.

4.2.2 Grau de satisfação dos usuários e ex-usuários

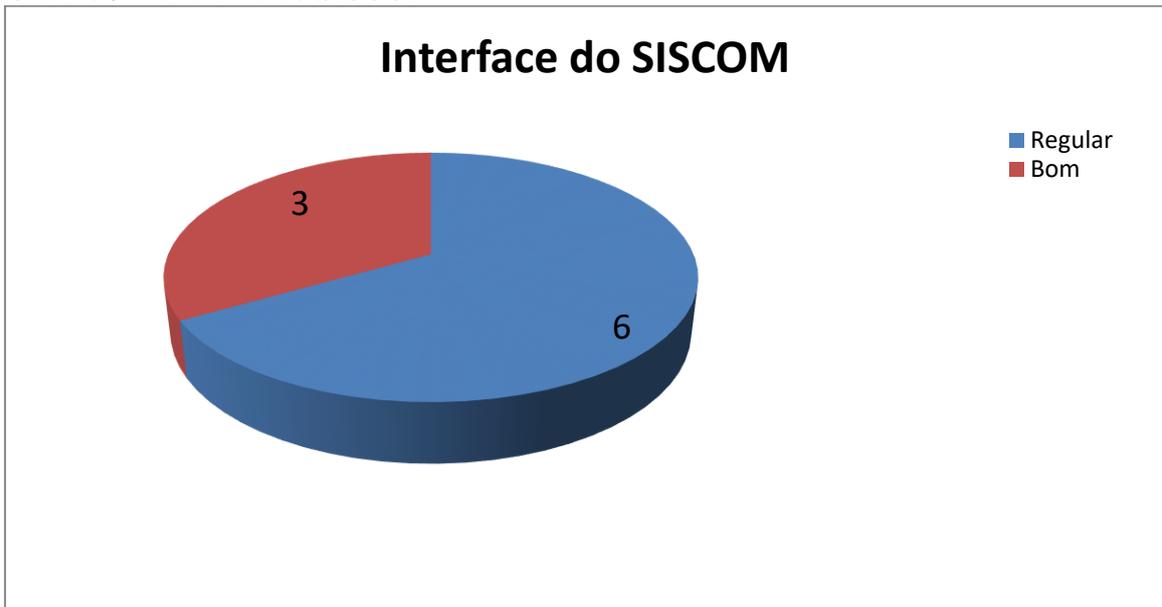
Esta parte do questionário envolveu perguntas em relação a como os participantes avaliam o sistema, o grau de satisfação, como também a eficiência do mesmo.

A primeira pergunta (gráfico 9) abordou como os participantes avaliam a interface (tela) do sistema. Grande parte dos respondentes avaliou a interface como regular e os demais classificaram como boa. Isso se deve ao fato de que a interface do SISCOM (figura 4) é muito simples, sem elementos visuais que facilitam o manuseio do sistema. Consequentemente, sua usabilidade⁴ é deficiente, dificultando inicialmente o seu manuseio pelos seus usuários.

O gráfico 10 expõe se os participantes têm ou já tiveram dificuldades em usar o sistema SISCOM. A maioria respondeu que teve dificuldades no início do uso ou algumas vezes, enquanto uma minoria disse que nunca teve dificuldade em usar o sistema. Esse resultado também é uma consequência de uma baixa usabilidade do sistema. A usabilidade é um fator crucial para o manuseio de sistemas humano-computador, então, uma interface que se apresenta “amigável” tende a ser mais fácil para a compreensão e uso do usuário.

⁴ De acordo com Ferreira e Leite (2003, p.117), “a usabilidade é a característica que determina se o manuseio de um produto é fácil e rapidamente aprendido, dificilmente esquecido, não provoca erros operacionais, oferece alto grau de satisfação para seus usuários e resolve eficientemente as tarefas para as quais ele foi projetado”.

Gráfico 9 - Interface do SISCOM



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Gráfico 10 - Dificuldades no uso do sistema



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

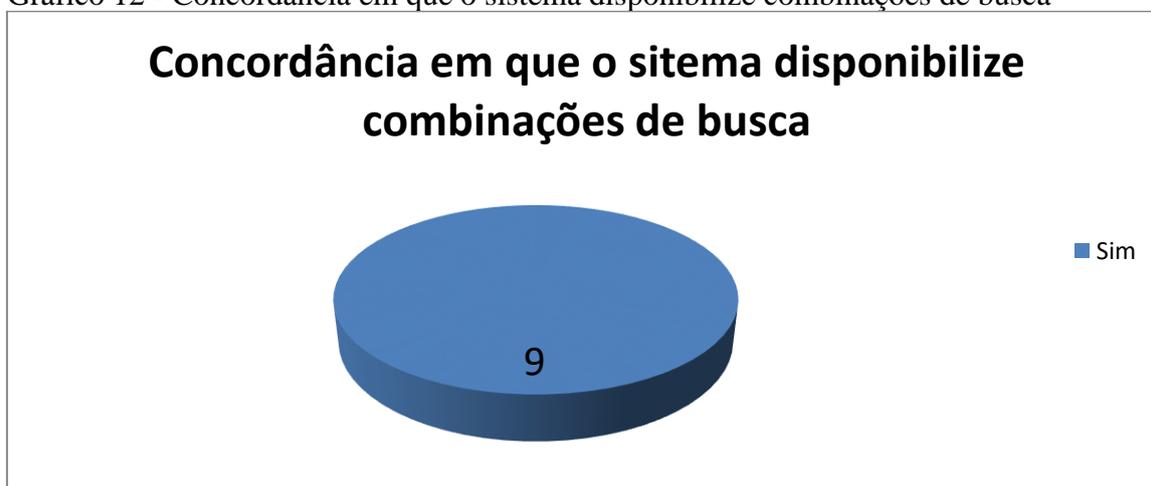
Gráfico 11 - SISCOM disponibiliza opções de busca opções de busca suficientes?



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O gráfico 11 apresenta a opinião dos participantes da pesquisa em relação às opções de busca que são disponibilizadas pelo SISCOM, se estas são suficientes para atender as necessidades dos usuários. Todos responderam negativamente, indicando que o SISCOM não tem opções de busca suficientes para atender a demanda das necessidades do Arquivo.

Gráfico 12 - Concordância em que o sistema disponibilize combinações de busca

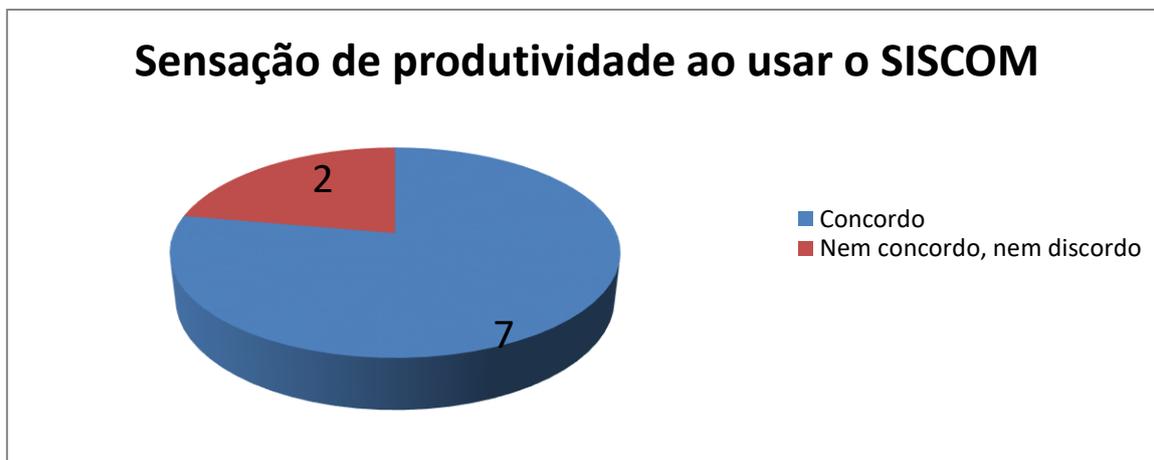


Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O gráfico 12 mostra também que todos os participantes concordam que o SISCOM deve possuir uma busca que permita combinar campos, como por exemplo: procurar um processo por meio do nome da parte e da vara/cartório a qual pertence, facilitando assim a precisão do resultado desejado.

O gráfico 13 refere-se à eficiência dos usuários ao usar o SISCOM. Grande parte dos participantes concordou que se sentem produtivos ao usar o sistema e apenas uma minoria posicionou-se de maneira neutra (nem concordam e nem discordam).

Gráfico 13 - Sensação de produtividade ao usar o SISCOM



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando o usuário pesquisa e encontra o resultado desejado em questão de segundos, ele pode ir em busca do processo, ou repassar a informação para quem necessita, essa rapidez da informação causa grande satisfação ao usuário do sistema, tanto quanto para o usuário final, causando assim a sensação de produtividade do usuário do sistema SISCOM. No entanto, sabe-se, conforme apresentado na subseção anterior, que em algumas situações o resultado da busca apresenta muitos resultados e exige-se um árduo trabalho manual do usuário para localizar o processo que deseja.

Gráfico 14 - Eficiência do SISCOM.



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O gráfico 14 mostra que, apesar de os usuários reconhecerem as deficiências do sistema SISCOM, eles se mantêm neutros, pois a grande parte nem concordou, nem discordou em relação à eficiência do sistema. Outra parte acha que o sistema demonstra ser muito eficiente e outros usuários discordaram, indicando que a busca no SISCOM não é eficiente. Isso pode ser explicado pelo fato que quando se encontra o que procura realmente o sistema mostra ser muito eficiente, porém suas maiores dificuldades não são exatamente os resultados, mas sim a forma de como buscá-los.

Gráfico 15 - O sistema de busca é muito bom e não necessita de alterações.



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O gráfico 15 mostra a opinião dos participantes sobre alterações no sistema de busca. A maioria dos respondentes (8) acredita que a busca necessita de alterações, indicando que o sistema de busca ainda é deficiente em muitos aspectos.

Gráfico 16 - Recomendo o uso do sistema para outros usuários.



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O gráfico 16 mostra a opinião dos participantes em recomendar o uso do sistema SISCOM para outros usuários mostrou que praticamente um pouco mais de um terço dos

usuários demonstraram neutralidade, um terço recomendaria o uso do sistema para outros usuários, e uma menor parte não recomendaria o SISCOM.

Na última pergunta do questionário aos participantes, eles poderiam fazer quaisquer comentários sobre o SISCOM. Obtiveram-se respostas de quase todos os participantes da pesquisa. Abaixo, são apresentados alguns comentários.

Tem algumas partes do sistema a exemplo da busca pelo processo de número antigo, que algumas alterações precisam ser inseridas, neste caso citado é difícil obter com precisão a informação da localização. Outra sugestão é a implantação de um protocolo digital, que seja intuitivo e seja construído em parceria com Arquivista e profissionais da área de Tecnologia da informação. (Participante P1).

Sugiro ao Fórum Cível solicitar um profissional da área de Tecnologia de Informação do Tribunal de Justiça da Paraíba para elaborar junto com o arquivista um sistema de recuperação de informações mais atualizado com mais opções de busca de informações e criar também um protocolo digital do Arquivo Judicial dentro do próprio sistema SISCOM e que não é só o arquivo tenha acesso às informações de seu protocolo, mas os cartórios dessa instituição também tenha acesso às tramitações dos processos solicitados. Colocando em prática essa ideia diminuirá a quantidade de demandas dos cartórios e o arquivo poderá atender as necessidades de seus usuários de maneira eficiente, prática e com rapidez. (Participante P2).

Deveria haver mais métodos para busca de um processo. (Participante P4).

Gostaria que a busca fosse mais simples e eficaz. (Participante P5).

É eficaz, auxilia nos trabalhos de controle do processo físico, porém necessita de ajustes que englobem também a movimentação de desarquivamento como indiquei no meu TCC. (Participante P7).

De acordo com as observações feitas pelos participantes, a maior necessidade do sistema é a forma de buscar a informação, os métodos de busca devem ser ampliados e adequados às necessidades informacionais do Arquivo. Também sugerem a implantação de um protocolo digital para uma melhor troca de informações entre o Arquivo e os usuários dos cartórios/varas judiciais. É importante observar que o participante P7 diz que fez um TCC (trabalho de conclusão de curso) sugerindo melhorias ao sistema SISCOM, ou seja, esse assunto de melhorias no sistema do SISCOM já é um tema discutido pelos integrantes e ex-integrantes da equipe do Arquivo Judicial, pois é de grande relevância para encontrar as informações desejadas para satisfação dos usuários.

Através da pesquisa feita com usuários e ex-usuários do sistema SISCOM podemos confirmar que o sistema apresenta algumas deficiências, seja por falta de opções de busca que realmente possam ser utilizadas no dia a dia, como também a sua usabilidade considerada por alguns participantes dificultosa no início do uso do sistema. O sistema

de busca do SISCOM se mostra eficiente em vários aspectos, porém ainda existem carências a serem sanadas para o seu total desempenho.

5 CONCLUSÃO

Como se sabe, os arquivos são fontes de informações primárias e secundárias, ou seja, fontes de saber imediatos ou mediatos. A lei 8.159/1991, conhecida como lei dos arquivos, diz que a Justiça brasileira tem o dever de preservar e zelar pelo seu patrimônio documental em todas as suas esferas. Havendo todos os anos milhões de processos abertos e arquivados no judiciário brasileiro é preciso que existam políticas e formas de preservar, guardar e recuperar as informações processuais. Para que isso aconteça, é muito importante o uso das tecnologias da informação e comunicação para facilitar e auxiliar nessas atividades.

Assim como é importante guardar e preservar a informação, é preciso localizá-la de maneira eficiente. Este trabalho teve como objetivo principal avaliar e propor melhorias no sistema de recuperação da informação do Arquivo Judicial do Fórum Cível de João Pessoa, o SISCOP. O sistema integrado de comarcas informatizadas (SISCOP) do Tribunal de Justiça da Paraíba é um exemplo de sistema que gerencia diversas informações sobre os processos do judiciário estadual paraibano. Como abordado, associado ao SISCOP existe o banco de dados do Arquivo Judicial que contém diversas informações sobre milhares de processos pertencentes ao Arquivo Judicial do Fórum Cível de João Pessoa Desembargador Mário Moacyr Porto.

Apesar de toda a sua utilidade e de ser essencial no uso nas atividades de localização de processos no Arquivo, o SISCOP foi diagnosticado com limitações na questão de recuperação da informação. A partir da observação pessoal da pesquisadora, foi feito, primeiramente, uma revisão da literatura sobre o tema que envolve além do conhecimento da informática e tecnologia da informação, mas também estudos na área de ciência da informação e necessidades do usuário também contribuíram para o referencial teórico deste trabalho.

Após a revisão da literatura, foi feita a pesquisa de campo com usuários e ex-usuários do SISCOP do Arquivo Judicial. A partir dessa pesquisa foram diagnosticados problemas como: inexatidão na busca, campos de busca limitados, impossibilidade de combinar campos de busca e exibição de dados que não são úteis para localização física do processo. Também foi diagnosticada outra limitação que não tem a ver diretamente com a recuperação da informação, mas que contribui para o uso do sistema: a baixa usabilidade.

O questionário também abriu espaço para a opinião dos participantes e além de

citarem as deficiências do sistema, também foi sugerido melhorias em relação à recuperação da informação e o pedido de haver um protocolo online para melhor troca de informações entre os usuários do arquivo com os usuários dos cartórios judiciais. Para satisfazer as necessidades dos usuários e melhorar as deficiências é preciso que a equipe de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça da Paraíba possa avaliar minuciosamente todas as necessidades informacionais dos usuários do arquivo judicial, incluindo as sugestões de (i) ter mais campos de busca, (ii) possibilitar combinações de dados para a busca do processo, (iii) usar termos de busca que realmente são utilizados no dia a dia do arquivo, (iv) incluir mais dados sobre o processo, como também mudar termos de dados informacionais para serem úteis na busca. E por último, melhorar a usabilidade do sistema por meio de uma interface mais amigável. O questionário aplicado revelou que os usuários do SISCOM o consideram muito útil no dia a dia e que se sentem produtivos quando o usam, porém ainda é preciso suprir suas deficiências em relação à recuperação da informação e usabilidade.

Sugere-se ainda como proposição de trabalhos futuro em relação ao SISCOM, uma análise e propostas de melhorias em relação a sua usabilidade e a criação de um protocolo digital.

Tão importante quanto guardar e preservar a informação, a recuperação dela é primordial para seu uso, afinal não tem para que guardar se não formos usar. O processo de recuperação da informação é de grande importância para a gestão de documentos, pois através dele é que se podem localizar os processos. Com uma maior precisão de busca e recuperação, a justiça paraibana funciona com maior rapidez e eficiência, quem tende a ganhar com isso é a sociedade que pode usufruir de uma justiça mais célere e efetiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raquel Cristina Vesu. **Metadados como elementos dos processos de catalogação**. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

ALVES, Rachel Cristina Vesu; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. **Metadados Arquivísticos: considerações sobre conceitos, tipos e instrumentos**. In: XV ENANCIB 2014- Além das nuvens: expandindo a fronteira da Ciência da Informação, n.15. 2014. ECI-UFGM. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ENANCIB, 2014. p. 4050-4071. Disponível em: < <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt8>> Acesso em: 28/08/2016.

AMARAL, Luis Alfredo Martins do. **Práxis- um referencial para o planejamento de sistemas de informação**. 1994. 235 f. Tese (Doutorado em Informática). Escola de Engenharia da Universidade do Minho- Universidade do Minho, Braga, 1994.

ANTUNES, Eugênio José Batista. **Sistemas de Recuperação da Informação. In: Recuperação da Informação em Documentos Jurídicos com Expansão de Consulta Baseada em Tesouro**. 2010. 138 f. Dissertação (mestrado profissional em Ciência da Computação. Centro de Informática- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: < http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/2401/arquivo3228_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 28/08/2016.

ARAÚJO JUNIOR, Rogerio Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. 1ª edição. Brasília: Thesaurus, 2007. v. 1. 176p.

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; ALVARES, Lillian; **Planejamento de Sistemas de Informação: Aspectos teóricos e elementos essenciais da estratégia e da implementação**. In: VIII ENANCIB 2007- Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação, n.8, 2007. PPGCI-UFBA. Salvador. p.1-15. Disponível em: < <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT4--073.pdf>> Acesso em: 21/08/2016.

ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo- SIGA, da administração pública federal**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 98 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

_____. Lei 8.159/1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 28/08/2016.

CARDOSO, Olinda Nogueira Paes. **Recuperação da Informação.** INFOCOMP Journal of Computer Science, [S.l.], Lavras, v. 2, n. 1, p. 33-38, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.dcc.ufla.br/infocomp/index.php/INFOCOMP/article/view/46>> Acesso em: 16/07/2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário.** Brasília, 2011. Versão 1.0. 52 f. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/gestaodocumental/manual_gestao_documental_poder%20judiciario.pdf> Acesso em: 21/08/2016.

_____. **Justiça em números 2016- iconográficos: ano base 2015.** Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbbff344931a933579915488.pdf>> Acesso em: 16/07/2017.

DEL-MASSO, Maria Cândida Soares. **Metodologia do Trabalho Científico: Aspectos Introdutórios.** 1ª ed. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p.27. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/179643/1/%20unespnead_reei1_ee_d08_tc.pdf> Acesso em: 24/10/2016.

FERNEDA, Edberto. **Redes neurais e sua aplicação em sistemas de recuperação da informação.** Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 1, p. 25-30, jan./abr. 2006.

FERREIRA, Simone Bacellar Leal; LEITE, Julio Cesar Sampaio do Prado. **Avaliação da Usabilidade em Sistemas de Informação: o Caso do Sistema Submarino.** RAC, Rio de Janeiro v. 7, n. 2, Abr./Jun. 2003: 115-136.

FURNIVAL, Ariadne Choë. **A participação dos usuários no desenvolvimento de sistemas de informação.** Ci. Inf., Brasília, Vol 25, n. 2, p. 1-14, 1995.

GERHARDT, Tatiana.Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 12, 35, 74. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 24/10/2016.

LAUDON, Kenneth C. ; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informações Gerenciais.** 5ª edição. São Paulo: Ed. Pearson-Prentice Hall, 2004, v.1. __p.

LUZ, Robinson. **Banco de dados dos arquivos até os “data warehouse”**. In: **Integração da Lógica Nebulosa à Recuperação da Informação em Data Warehouse**. Campinas, 2005. v.1. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/788/1/Robinson%20Luz%201.pdf>> Acesso em: 28/08/2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2005, v.1. 311 p.

MAIA, Lucinéia Souza. **Acessibilidade web na perspectiva dos sistemas de recuperação da informação**. In: XV ENANCIB 2014- Além das nuvens: expandindo a fronteira da Ciência da Informação, n.15. 2014. ECI-UFMG. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ENANCIB, 2014. p.4201-42011. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt8>> Acesso em: 28/08/2016.

MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva. **Metadados y recuperación de información: estándares, problemas y aplicabilidad en bibliotecas digitales**. Gijón: Trea, 2002. 429 p.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2. Ed. São Paulo, Atlas, 2009. 138 p.

MÜLLER, Rodrigo; CASTILHO JÚNIOR, Newton Correa de. **Inteligência organizacional como ferramenta de gestão: um referencial teórico integrado**. Revista Expectativa, Toledo, v.11, n.11, p. 83-102, Jan-Dez. 2012. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/viewFile/7276/5323>> Acesso em: 06/08/2017.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da Internet**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 496 p.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. 1ª ed. Catalão, UFG, 2011. p.35. Disponível em: < https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf > Acesso em 24/10/2016.

PAES, Marilene Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 228 p.

PARAÍBA. Lei 6.333, de 25 de setembro de 1996. **Cria, no Poder Judiciário, o Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas – SISCOM , e dá outras providências**. Disponível em : < <http://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2015/10/LEI-N---6.333-DE-25-DE-SETEMBRO-DE-1996..pdf> .> Acesso: 17/07/2017

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 43, 45-46, 97, 108. Disponível em: < <http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf> > Acesso em 24/10/2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Ester Muzkat. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª ed. Florianópolis: SC, 2005. 138 p.

SILVA, Marcio Bezerra da. **A teoria da classificação facetada na modelagem de dado sem banco de dados computacionais**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. **Transparência da produtividade das varas 2014 e 2015**. Disponível em:< <http://www.tjpb.jus.br/transparencia/produtividade/varas/>> Acesso em 16/07/2017.

_____. **Lista das comarcas do Tribunal de Justiça da Paraíba**. Disponível em: < <http://www.tjpb.jus.br/servicos/comarcas/> > Acesso em: 06/08/2017.

TURBAN, Efraim; RAINER, R. Kelly; POTTER; Richard E. **Introdução a Sistemas de Informação : uma abordagem gerencial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007. 364 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS EM RELAÇÃO AO SISCOM

Perfil dos usuários

1- Você é do sexo:

Masculino

Feminino

2- Qual seu grau de instrução?

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós-graduação incompleta

Pós-graduação completa

Outros

3- Qual sua faixa etária?

18-24 anos

25-30 anos

31-35 anos

36-40 anos

41-45 anos

46-50 anos

50-59 anos

60 ou mais

Outros

4- Qual o seu nível de conhecimento em informática?

Básico

Intermediário

Avançado

Nenhum

5- Qual o seu vínculo com o Tribunal de Justiça da Paraíba?

Estagiário

- Ex-estagiário
- Voluntário
- Funcionário

6- Há quanto tempo você usa ou por quanto tempo já usou o SISCOM?

- Menos de 1 mês
- Entre 1 mês e 3 meses
- Entre 4 meses e 8 meses
- Entre 9 meses e 11 meses
- Entre 1 ano e 2 anos
- Mais de dois anos

Sondagem da satisfação dos usuários

1- A interface (tela) do SISCOM é:

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

2- Você já teve ou tem dificuldade em usar o sistema?

- Sempre
- Várias vezes
- Algumas vezes
- Apenas no início
- Nunca

3- As opções de busca disponibilizadas são suficientes?

- Sim
- Não

4- Você gostaria que o SISCOM disponibilizasse uma opção de combinação de busca? (Por exemplo: nome da parte e da vara a qual o processo pertence)

- Sim
- Não

Nas próximas questões, indique o seu grau de concordância para cada uma das próximas afirmações.

5- Ao utilizar o sistema, sinto-me mais produtivo.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

6- Acho o sistema de busca do SISCOM muito eficiente.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

7- O sistema de busca é muito bom e não precisa de alterações.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

8- Recomendo o uso do sistema para outros usuários.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

9- Você tem algum comentário a fazer sobre o sistema SISCOM?



ANEXO
ANEXO A- VARAS/CARTÓRIOS JUDICIAIS DO FÓRUM CÍVEL DE JOÃO
PESSOA

Varas Cíveis do Fórum Cível de João Pessoa- Des. Mário Moacyr Porto
1ª Vara Cível
2ª Vara Cível
3ª Vara Cível
4ª Vara Cível
5ª Vara Cível
6ª Vara Cível
7ª Vara Cível
8ª Vara Cível
9ª Vara Cível
10ª Vara Cível
11ª Vara Cível
12ª Vara Cível
13ª Vara Cível
14ª Vara Cível
15ª Vara Cível
16ª Vara Cível
17ª Vara Cível

Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba (2017)

Vara de Feitos Especiais
Vara de Feitos Especiais (apenas uma)

Fonte: Tribunal de Justiça (2017)

Varas de Família do Fórum Cível de João Pessoa - Des. Mário Moacyr Porto
1ª Vara de Família
2ª Vara de Família
3ª Vara de Família
4ª Vara de Família
5ª Vara de Família
6ª Vara de Família
7ª Vara de Família

Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba (2017)

Varas da Fazenda do Fórum Cível de João Pessoa – Des. Mário Moacyr Porto
1ª Vara da Fazenda
2ª Vara da Fazenda
3ª Vara da Fazenda
4ª Vara da Fazenda
5ª Vara da Fazenda
6ª Vara da Fazenda

Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba (2017)

Varas de Execução Fiscal do Fórum Cível de João Pessoa- Des. Mário Moacyr Porto
1ª Vara de Execução Fiscal
2ª Vara de Execução Fiscal

Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba (2017)

Varas dos Juizados Especiais Cíveis do Fórum Cível de João Pessoa- Des. Mário Moacyr Porto
1º Juizado Especial Cível
2º Juizado Especial Cível
3º Juizado Especial Cível
4º Juizado Especial Cível

Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba (2017)